

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 123, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

**Excelentíssima Presidente e
Senhores Vereadores**

Vimos através do presente, apresentar o Projeto de Lei nº 123, de 12 de dezembro de 2014, que trata da isenção temporária de imposto territorial urbano aos novos loteamentos implantados na área urbana do município.

O presente projeto de lei busca incentivar proprietários de imóveis localizados no perímetro urbano ou no próximo a este a toar iniciativa em lotear tais imóveis para fins de utilização para habitação ou implantação de empreendimentos comerciais.

Vive-se no país, como um todo, uma política de crescimento urbano onde o Sistema Financeiro tem condições de fomentar construções novas para as mais diversas finalidades.

Em nosso município, inúmeras áreas situadas dentro do perímetro urbano e/ou próxima dela, são passíveis de parcelamentos, porém, no entanto, há certa acomodação no sentido de mantê-las sem urbanização, pois não há incentivo para tanto.

Acreditamos que com uma política de incentivo podemos fomentar e despertar novos loteamentos, os quais, certamente, receberam novas construções, gerando emprego, renda e desenvolvimento ao nosso município.

Quanto à regularização dos fracionamentos irregulares hoje existente, o município criará, posteriormente, lei específica para solucionar tais.

Com o presente projeto de lei, diante do incentivo tributário através da isenção temporária do IPTU, certamente, grande parcela destes parcelamentos irregulares será regularizada pelos proprietários, o que vai gerar benefício a todos, assim como incentivará a criação de novos loteamentos de forma regular, com observância da legislação pertinente.

Certos da compreensão dos Senhores Vereadores, solicitamos a aprovação do projeto de Lei.

**GILBERTO MARASCA
Prefeito Municipal**

PROJETO DE LEI Nº 123, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a isenção temporária de imposto territorial urbano aos novos loteamentos implantados na área urbana do município.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo fiscal para novos loteamentos urbanos, através da isenção tributária temporária do IPTU, aos loteamentos novos implantados com observância das normas de parcelamento do solo urbano e demais normas pertinentes à espécie.

Parágrafo Único – O incentivo desta Lei, limita-se ao Imposto Territorial Urbano IPTU para terrenos oriundos de projetos de loteamentos aprovados pelos setores de engenharia e ambiental do município.

Art. 2º O prazo de incentivo estende-se até a data em que houver a transferência do terreno à terceiro, sendo limitada a isenção no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados a partir da data do lançamento no setor tributário do município.

Art. 3º Fica obrigado o empreendedor a realizar a transferência à terceiro somente através de Escritura Pública, com o devido recolhimento de ITBI, sob pena de perder o incentivo de todo o loteamento, caso faça alienação por documentação particular, sem prejuízo ao lançamento retroativo do IPTU de todo o empreendimento.

Parágrafo Único – Caso algum dos terrenos venha a ser objeto de construção pelo próprio loteador, incidirá o IPTU a partir da data do início da construção.

Art. 4º O loteador poderá requerer o benefício desta lei, até 30 dias após a data do registro dos terrenos junto ao Cartório de Registro de Imóveis acompanhado de cópias dos seguintes documentos:

- I – Documento de Identidade e CPF;
- II – Decreto de Aprovação do loteamento;
- III – Licença ambiental de instalação do loteamento;
- IV – Matrículas dos terrenos.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA, EM 12 DE
DEZEMBRO DE 2014.**

GILBERTO MARASCA
Prefeito Municipal